

PPM



O PPM E O SERVIÇO CÍVICO PARA ESTUDANTES

Comentou o PPM, nos termos que julgou mais convenientes, o cancelamento das inscrições para o 1.º ano das Universidades no ano lectivo de 74/75.

Dado no entanto, que àquele problema está ligado outro de não menor gravidade, o do chamado Serviço Cívico que tem mobilizado as atenções não só dos estudantes como do público em geral, imperativo se torna que o PPM clarifique a sua posição sobre o assunto.

Antes de mais cabe-nos lamentar o teor da Nota do MEC publicada em 8 do corrente em que se afirma nomeadamente que as reacções estudantis contra o Serviço Cívico, a pretexto da sua possível interferência no mercado de trabalho «são infundadas e objectivamente destinadas a desacreditar o Governo Provisório e o MEC».

De facto, num País onde a crítica é livre, não se compreende que se classifique como destinadas a desacreditar o Governo, as críticas às medidas que este toma, tanto mais quando é incontroverso que essas medidas são atentórias de direitos julgados legítimos. Não pode o PPM deixar de fazer um triste paralelismo entre o citado argumento do MEC e o tipo de argumentos utilizados pelo governo fascista e de que os Portugueses se julgavam definitivamente livres.

O PPM, pelas razões que a seguir expõe é manifestamente contrário tanto à solução adoptada para o 1.º ano das Universidades como ao Serviço Cívico. Isto não quer de modo algum dizer que o PPM retire o apoio ao Governo Provisório ou que lance contra ele qualquer campanha de descrédito, antes continuará a apoiá-lo e a colaborar lealmente com ele, como aqui o faz.

Decisões como as tomadas pelo MEC poderão agravar ainda mais a situação nas Universidades, de si já caótica, que o G. P. herdou da ditadura. Se se reconhece como urgente a responsabilização de professores e alunos na gestão universitária como uma das bases para a reforma do ensino, pensa o PPM que os quadros superiores do MEC não podem eximir-se às responsabilidades perante o País da situação em que a admissão às Universidades estará em Outubro de 75.

O Serviço Cívico estudantil é antes de mais atentório à letra e ao espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas — e é-o porque as camadas mais desfavorecidas da população, as que maiores sacrifícios fazem para mandar os seus filhos estudar nas Universidades, verão adiada por mais um ano (pelo menos) a data em que aqueles poderão começar a contribuir para o magro orçamento familiar e outra solução não têm que procurar para eles emprego remunerado; se tiverem a sorte de o encontrar, é duvidoso que voltem ao estudo, indispensável que se tornará a sua contribuição para a vida da família. Isto enquanto os ricos podem mandar os filhos para o estrangeiro procurar lá, a troco de dinheiro, o que na Pátria não lhes foi possível obter, nem a troco de possível mérito. Assim, o Serviço Cívico atenta frontalmente contra os interesses das classes mais desfavorecidas. Argumentar-se-á, possivelmente, que o Serviço Cívico seja remunerado, mas nessa altura não é concebível a sua não interferência no mercado de trabalho, e cair-se-á no mesmo vício.

Analisadas as reacções havidas quanto a este problema, avulta o facto de as decisões do MEC serem apoiadas exclusivamente pela UEC, organização estudantil do PCP, e, julga-se, do MDP/CDE e pela JSD ligada ao PPD.

E, se é verdade que é permitida aos portugueses a actividade de pensar, fácil se torna chegar à conclusão de quem serão os voluntários para o Serviço Cívico e quem, portanto, virão a ser os preferidos nas matriculas do ano lectivo de 75/76.

Depois da inacreditável defesa, a alto nível, da selecção dos candidatos à Universidade pela sua proveniência social, que a seu tempo vigorosamente denunciámos, depois da discriminação em relação às classes mais desfavorecidas que o Serviço Cívico representa, o PPM julga ser lícito pensar que se caminha agora para a selecção pela proveniência partidária dos alunos.

Do que não se fala é da selecção, essa sim, certa, pelo mérito de cada um.

E, se quem tem que seleccionar o venha a fazer por outro critério que não seja o do mérito, estará, por uma forma ou outra, a proteger a mediocridade. E é preciso que o Portugal dos mediocres tenha acabado em 25 de Abril.

9/1/75

PARTIDO POPULAR MONARQUICO

